

**Caderno de Prova****LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO****Prezado(a) Candidato(a),**

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 60 (sessenta) itens, ordenados de 1 a 60, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta, seguido de uma redação acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta, não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

4. A folha de texto definitivo da prova de estudo de caso não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do candidato.

MARQUE ASSIM ●

NÃO MARQUE ASSIM ⊗ ⊕

5. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

6. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

**A Natureza só é comandada se é obedecida.**

7. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo fiscal de sala.

8. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e da escola, não podendo mais ir ao banheiro.

9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

10. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 30 minutos antes do término da prova.

11. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste de prova poderá implicar na anulação da sua prova.

12. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

13. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do gabarito oficial, que estará disponível no site [www.ibeg.org.br](http://www.ibeg.org.br).

**Desejamos sucesso!**  
**Coordenação Geral do Processo Seletivo**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia com atenção o texto que segue para responder às questões de 01 a 06.

### Texto I

Fábrica produz até 100 vassouras de PET por dia

*Produtos feitos com PET preservam o meio ambiente e, muitas vezes, o seu bolso*

Quem acredita que o lixo é o fim da vida de um produto vive no passado. Hoje, a partir dele é possível criar novos artigos, atendendo à demanda de um mercado consumidor consciente.

Essa foi a ideia de Roberta Alves, 37 anos, mais conhecida como Docinho. Há cinco meses, ela trocou os 15 anos vividos como catadora de lixo pelo empreendedorismo. “Percebi uma oportunidade de negócio no lixão, uma esperança em melhorar de vida. O material coletado pode ser usado para a produção de diversos produtos. Tive a ideia de fazer vassouras”, explica Docinho.

Atualmente, 10 catadores de lixo fazem parte da equipe da empresária, que produz até 100 peças por dia. A ação desses profissionais é uma prática cada vez mais frequente no Brasil. Segundo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em abril de 2012, há hoje entre 400 mil e 600 mil catadores de materiais recicláveis em atividade no país e pelo menos 1,1 mil organizações coletivas.

([http://www.rio20.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias-nacionais](http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/noticias-nacionais), com adaptações.)

**Questão 01. Sobre as ideias que constituem o texto e a relação que há entre elas, marque a alternativa correta.**

(a) Embora o subtítulo faça referência à preservação do meio ambiente, o texto, nem mesmo de forma implícita, contempla tal assunto.

(b) O primeiro parágrafo organiza-se em torno de dois períodos, sendo que o segundo apresenta um conteúdo que se opõe ao que foi anunciado no primeiro.

(c) “Essa foi a ideia de Roberta Alves” (2º parágrafo) recupera a informação contida em “Quem acredita que o lixo é o fim de vida de um produto vive no passado” (1º parágrafo).

(d) “A ação desses profissionais” (3º parágrafo) refere-se aos trabalhadores que se ocupam com a criação de produtos a partir do lixo.

(e) No terceiro parágrafo, o último período respalda a informação contida no período imediatamente anterior.

**Questão 02. Apenas uma das alternativas a seguir reproduz fielmente o sentido de “Produtos feitos com PET preservam o meio ambiente e, muitas vezes, o seu bolso”. Marque-a.**

(a) Produtos feitos com PET preservam não só o meio ambiente, mas, muitas vezes, o seu bolso.

(b) Muitas vezes, os produtos feitos com PET além de preservarem o meio ambiente, preservam também o seu bolso.

(c) Produtos feitos com PET, muitas vezes, não só preservam o meio ambiente como também o seu bolso.

(d) O meio ambiente e, muitas vezes, o seu bolso são preservados quando são feitos os produtos com PET.

(e) Muitas vezes, produtos feitos com PET preservam o meio ambiente e o seu bolso também.

**Questão 03. Considerando a norma padrão da língua portuguesa, marque a alternativa correta.**

(a) No período “Quem acredita que o lixo é o fim da vida” (1º parágrafo), as orações poderiam estar separadas por vírgula.

(b) Outra redação plausível para “é possível criar novos artigos” (1º parágrafo) seria é possível que se crie novos artigos.

(c) No início do segundo parágrafo, o pronome “Essa” deveria, necessariamente, ser substituído por Esta.

(d) A crase, em “atendendo à demanda”, deveria ser mantida se o verbo fosse substituído por visando.

(e) No lugar de “Há cinco meses” (2º parágrafo), também poderia ser empregado Fazem cinco meses.

**Questão 04. Marque a alternativa que, em consonância com a norma padrão, reproduz integralmente o sentido do período “Atualmente, 10 catadores de lixo fazem parte da equipe da empresária, que produz até 100 peças por dia.”**

(a) 10 catadores de lixo fazem, atualmente, parte da equipe da empresária, a qual produz até 100 peças por dia.

(b) Atualmente, fazem parte da equipe da empresária 10 catadores de lixo, os quais produzem até 100 peças diariamente.

(c) Da equipe da empresária, a qual produz até 100 peças diárias atualmente, fazem parte 10 catadores de lixo.

(d) 10 catadores de lixo pertencem atualmente à equipe da empresária, aonde são produzidas até 100 peças por dia.

(e) Até 100 peças são produzidas diariamente pela equipe da empresária, que fazem parte 10 catadores de lixo atualmente.

**Questão 05. Marque a alternativa correta considerando as declarações a seguir sobre a oração “Tive a ideia de fazer vassouras.”**

(a) Equivale, do ponto semântico, a Hesitei em fazer vas-

souras.

(b) Se fosse substituída por Me decidi por fazer vassouras, não haveria qualquer prejuízo semântico e a norma padrão não seria violada.

(c) Não apresenta qualquer registro de alteração estabelecida no Acordo Ortográfico assinado pelos países lusófonos em 1990.

(d) Não poderia ser substituída por Simpatizei-me com a ideia de fazer vassouras, pois esse novo texto apresenta outro sentido e destoa da norma padrão.

(e) Tem como marca a referência a um sujeito paciente.

**Questão 06. No último período do texto, o conectivo “Segundo”**

(a) indica ideia de conformidade e poderia ser substituído por De acordo com.

(b) introduz ideia de comparação e equivale a Em consonância com.

(c) tem valor semântico de conformidade e expressa o mesmo sentido que Devido ao.

(d) serve para explicar uma ideia e corresponde a De acordo com.

(e) sugere ideia de explicação e pode ser substituído por Em razão do.

O texto a seguir serve de referência para as questões de 07 a 10. Leia-o com atenção.

Texto II  
O que é Redação Oficial

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

(...) fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm))

**Questão 07. Sobre os aspectos morfossintáticos do texto, marque a alternativa correta.**

(a) O primeiro período é composto por três orações, sendo que a segunda funciona como objeto direto da primeira.

(b) Em “fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes”, a segunda oração é o sujeito da primeira.

(c) Na oração “pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público)”, o sujeito é “um único comunicador” e, mesmo que ele estivesse no plural, o verbo permaneceria no singular.

(d) Em “o receptor dessas comunicações”, o termo preposicionado funciona como adjunto adnominal.

(e) Todo o segundo parágrafo estrutura-se por predicados nominais, o que se evidencia pela recorrência ao uso do verbo de ligação.

**Questão 08. Com base na norma padrão da língua portuguesa, marque a alternativa correta.**

(a) No lugar de “pela qual” (primeiro parágrafo), seria possível empregar através da qual.

(b) “pois” (segundo parágrafo) é sinônimo de por que.

(c) O uso da vírgula, em suas duas ocorrências, é facultativo.

(d) A regra que justifica o acento gráfico em “próprio” não é a mesma que determina a acentuação gráfica de “homogênea”.

(e) Se o autor resolvesse reescrever o primeiro parágrafo utilizando o verbo referir-se no lugar de redigir e invertendo a posição de “atos normativos e comunicações”, a redação deveria ser Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público refere-se a comunicações e atos normativos.

**Questão 09. Considerando as informações do texto, pode-se depreender que**

(a) a impessoalidade, tanto na abordagem do conteúdo quanto na da linguagem, é indispensável à correspondência oficial, mesmo quando ela trata de assunto de interesse particular do seu remetente.

(b) a redação oficial pode conter marcas de personalidade quando o seu destinatário é um cidadão.

(c) a intenção de comunicar com a máxima clareza e objetividade torna, necessariamente, a linguagem das correspondências oficiais bastante rebuscada.

(d) como, em uma redação oficial, quem sempre comunica é uma entidade coletiva, admite-se o uso do plural de modéstia como recurso expressivo.

(e) como a formalidade é um dos recursos para a elaboração de uma correspondência oficial eficiente, os pronomes de tratamento são utilizados para ressaltar o uso da segunda pessoa do singular como referência cortês ao destinatário desse expediente.

**Questão 10. O texto faz menção aos interlocutores das correspondências oficiais (quem comunica e quem recebe a comunicação). Com base nas informações apresentadas por ele e nas modalidades de**

**comunicação oficial, marque a alternativa correta.**

(a) Quando os interlocutores são entidades que representam o Serviço Público, porém representantes de órgãos diferentes, deve ser utilizado o memorando, o qual deve ter caráter exclusivamente administrativo.

(b) O aviso é uma modalidade de redação oficial exclusivamente expedida a Ministros de Estado.

(c) No caso da comunicação entre um órgão da Administração Pública (remetente) e uma entidade privada (destinatário), deve-se utilizar o ofício.

(d) O memorando é expedido apenas por e para autoridades públicas da mesma hierarquia ou pelas particulares entre si.

(e) Se Dilma Rousseff pretender se comunicar com qualquer um dos seus Ministros por meio de uma redação oficial, deverá utilizar uma exposição de motivos.

### **CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA**

**Questão 11. Com relação ao Sistema Operacional Windows XP, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I. A barra de tarefas exibe: o menu Iniciar; a barra de Inicialização rápida; a Área de notificação.**

**II. Podemos Inserir novas Barras de ferramentas na Barra de tarefas.**

**III. A opção Em espera salva as informações da memória no disco rígido, anota os programas abertos e desliga o computador.**

**IV. A opção Desativar coloca o computador em estado de baixa energia para que você possa, posteriormente, iniciar de maneira rápida sua sessão do Windows.**

(a) Somente a afirmativa I está correta.

(b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(d) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

(e) Nenhuma das afirmativas está correta.

**Questão 12. No Microsoft Windows XP, a tabela de arquivo mestre corresponde ao primeiro arquivo que contém informações sobre cada arquivo e pasta no volume.**

**O tipo desse volume de disco é:**

(a) FAT.

(b) FAT 16.

(c) FAT 32.

(d) SWAP.

(e) NTFS.

**Questão 13. Com relação aos serviços de e-mail, o protocolo padrão para envio de e-mails através da internet é:**

(a) SMTP.

(b) POP.

(c) TCP/IP.

(d) Ethernet.

(e) DHCP.

**Questão 14. É uma tentativa em tornar os recursos de um sistema indisponíveis para seus utilizadores. Alvos típicos são servidores web, e o ataque tenta tornar as páginas hospedadas indisponíveis na internet. Assinale a alternativa CORRETA:**

(a) Spam.

(b) DoS.

(c) Worm.

(d) Phishing.

(e) Trojan.

**Questão 15. No Microsoft Office Excel 2010, julgue as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:**

**I. Algumas planilhas quando muito longas necessitam que sejam mantidos seus cabeçalhos e primeiras linhas, evitando-o assim a digitação de valores em locais errados. Esse recurso chama-se congelar painéis e está disponível na ABA inserir.**

**II. Para adicionar linhas no Excel 2010, basta clicar com o botão direito do mouse em uma linha e depois clicar em Inserir, a linha será adicionada acima da selecionada.**

**III. Caso precise alterar o conteúdo de uma célula sem precisar redigitar tudo novamente, clique sobre ela e pressione F3, faça sua alteração e pressione ENTER em seu teclado.**

(a) Somente a afirmativa I está correta.

(b) Somente a afirmativa II está correta.

(c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(e) Nenhuma das afirmativas está correta.

## ATUALIDADES

**Questão 16. Uma vaca teve seu leite modificado geneticamente por cientistas e começou a produzir leite similar ao leite humano. O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) inseriu dois genes humanos em 'Isa'.**

**“Esta é uma maneira de contribuir com a luta contra a mortalidade infantil”.**

**Qual foi o país que tornou essa experiência possível no mês de junho?**

- (a) Holanda
- (b) Argentina
- (c) Brasil
- (d) Estados Unidos
- (e) Chile

**Questão 17. Foi sancionada a Lei Geral da Copa, que define as regras para a realização do Mundial de 2014 no Brasil. Em relação aos principais pontos da lei, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (a) Serão quatro categorias de ingressos. Os valores não constam na Lei Geral, mas fazem parte de um acordo entre Congresso, governo e Fifa.
- (b) A presidente abriu caminho para permitir a meia-entrada para estudantes nos jogos da Copa.
- (c) A lei sancionada manteve ainda a possibilidade de acordos entre estados e Fifa para disponibilização de 1% de todos os ingressos para pessoas com deficiência.
- (d) Pessoas com mais de 60 anos poderão comprar ingressos pela metade do preço em todas as categorias.
- (e) O texto proíbe expressamente a venda de bebidas alcoólicas em estádios durante o Mundial.

**Questão 18. Na África a seca, guerras civis, restrições à ajuda humanitária e caos político resultaram numa crise de fome que afeta 12,5 milhões de pessoas que vivem na região conhecida como Chifre da África, que inclui Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália e Uganda. A epidemia de fome já é considerada a pior deste século. Assinale a alternativa incorreta a respeito desse assunto.**

- (a) Cerca de 3,2 milhões de somalianos (quase metade da população) dependem de doações de alimentos para sobreviver.
- (b) Campos de refugiados mantidos pela ONU como o de Dadaab, na fronteira com o Quênia, tornaram-se refúgio para os padres.
- (c) Na região de Bay, uma das seis em estado crítico na

Somália, a taxa de desnutrição entre crianças é de 58%, a mais alta no país.

- (d) A seca prejudicou a produção de alimentos, reduzida a um quarto do necessário para alimentar a população.
- (e) NDA

**Questão 19. Na educação o grau de escolaridade é considerado um elemento fundamental, bem como na abordagem da população para o desenvolvimento de práticas de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Em relação a educação podemos afirmar que:**

**Assinale a alternativa correta.**

- (a) O Distrito Federal foi à única região do país onde a população apresentava escolaridade média superior ao ensino fundamental.
- (b) O fenômeno do analfabetismo é antigo na sociedade brasileira, vindo desde os tempos da elaboração da nova constituinte.
- (c) As taxas mais elevadas foram encontradas no Sul do país.
- (d) Erradicar o analfabetismo é uma tarefa muito simples na medida em que, quanto mais elevada a idade, torna-se ainda mais fácil alcançar tal objetivo.
- (e) O baixo nível de escolaridade pode afetar positivamente a formulação de conceitos de autocuidado em saúde, a noção de conservação ambiental e a percepção da necessidade de atuação do indivíduo como cidadão em contextos sanitários coletivos.

**Questão 20. De acordo com Petistas, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) de fato desistiu de indicar outro correligionário à vaga de vice-prefeito na chapa de Fernando Haddad PT (Partido dos Trabalhadores). O principal motivo que levou Luiza Erundina a desistir do posto foi:**

**Assinale a alternativa correta.**

- (a) O aumento significativo das taxas de desemprego no estado de São Paulo.
- (b) A não resolução do caso Cracolândia na capital paulista.
- (c) O atual prefeito Kassab só tem interesse pelo poder e não sabe fazer oposição.
- (d) O Fórum Senado Brasil 2012, intitulado “O Brasil em tempos de mutações”, que, entre outros temas, vai discutir ética, moral e política.
- (e) O PT agora se aproxima de Paulo Maluf, a quem combateu a vida inteira.



## ESPECÍFICA DO CARGO

**Questão 21.** A direção da empresa Via Veneza, por meio de circular interna, comunicou a proibição de fumar nos ambientes fechados da empresa. Após tal comunicação, John, empregado da empresa e fumante há mais de 20 anos, descumpriu tal norma, e, por diversas vezes, foi flagrado fumando nos ambientes fechados da empresa, tendo sido, nessas ocasiões, devidamente advertido pelo seu empregador. Considerando a situação hipotética acima e com base na legislação trabalhista, assinale a opção CORRETA.

(a) A atitude de John, que se caracteriza como incontinência de conduta ou mau procedimento, constitui motivo de dispensa por justa causa.

(b) A atitude de John não se caracteriza como desobediência à determinação do empregador, dado o grau de dependência em relação ao cigarro, já que ele é fumante há mais de 20 anos.

(c) Como a atitude de John não gera prejuízo para a empresa, mas apenas desconforto para seus colegas de trabalho, ele não pode ser punido por fumar em ambientes fechados da empresa.

(d) O ato de fumar nos ambientes fechados da empresa constitui motivo de despedida por justa causa por ato de indisciplina, uma vez que John descumpriu uma ordem geral do empregador.

(e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 22.** No que concerne às convenções coletivas de trabalho, assinale a opção CORRETA.

(a) Não é lícito estipular duração de validade superior a dois anos para a convenção coletiva de trabalho.

(b) É facultada a celebração verbal de acordo coletivo de trabalho, desde que presentes, ao menos, duas testemunhas.

(c) Acordo coletivo é o negócio jurídico pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.

(d) Para ter validade, a convenção coletiva de trabalho deve ser, obrigatoriamente, homologada pela autoridade competente.

(e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

**Questão 23.** A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, assinale a opção CORRETA.

(a) Dada a instituição das aludidas comissões por lei, o termo de conciliação celebrado nas comissões tem força de título executivo judicial.

(b) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros das comissões em apreço até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.

(c) É obrigatória a instituição de tais comissões pelas empresas e sindicatos.

(d) As referidas comissões não interferem no curso do prazo prescricional.

(e) Todas as alternativas acima estão corretas.

**Questão 24.** Assinale a opção CORRETA acerca do FGTS.

(a) Os valores referentes ao FGTS podem ser pagos diretamente ao empregado.

(b) Os trabalhadores autônomos são beneficiários do FGTS.

(c) A conta vinculada do trabalhador no FGTS não poderá ser movimentada em caso de despedida indireta.

(d) É devido o recolhimento do FGTS sobre os valores pagos a título de aviso prévio, quer tenha o empregado, durante esse período, trabalhado ou não.

(e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

**Questão 25.** Com relação às estabilidades e às garantias provisórias de emprego, é CORRETO afirmar que:

(a) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista na Constituição da República de 1988, que se restringe ao ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

(b) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio não obsta a estabilidade sindical, porque ainda vigente o contrato de trabalho.

(c) Os membros do Conselho Curador do FGTS representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, têm direito à estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser dispensados por motivo de falta grave, regularmente comprovada por processo sindical.

(d) A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, uma vez que se visa à proteção do instituto da maternidade.

(e) Todas as alternativas acima estão corretas.

**Questão 26.** Com relação ao contrato de trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

(a) Quando da contratação por prazo determinado, somente é possível nova contratação entre as mesmas partes num prazo nunca inferior a três meses.

(b) São as formas autorizadas por lei para a celebração de qualquer contrato de trabalho por prazo determinado: transitoriedade do serviço do empregado, transitoriedade da atividade do empregador e quantidade extraordinária de serviço que justifique essa modalidade de contratação.

(c) O contrato de trabalho por prazo indeterminado é aquele em que as partes, ao celebrá-lo, não estipulam a sua duração nem prefixam o seu termo extintivo, podendo versar sobre qualquer obrigação de prestar qualquer tipo de serviço, manual ou intelectual.

(d) Em nenhuma hipótese o contrato por prazo determinado poderá suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.

(e) Todas as alternativas acima estão corretas.

**Questão 27. Após 23 anos de trabalho numa mesma empresa, Joseph é dispensado imotivadamente, no dia 31 de janeiro de 2012. Na presente hipótese, ele fará jus ao aviso prévio de:**

(a) 90 dias.

(b) 30 dias.

(c) 96 dias.

(d) 99 dias.

(e) 60 dias.

**Questão 28. Sobre a fraude contra credores e a fraude à execução, julgue os itens abaixo em VERDADEIRO ou FALSO.**

I. ( ) O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que o reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

II. ( ) A fraude contra credores caracteriza-se quando ainda não há qualquer ação ou execução distribuída contra o devedor, ressaltando a existência de protestos cambiários, enquanto que a caracterização da fraude à execução tem como premissa básica a existência de processo judicial em trâmite, capaz de reduzir o devedor-alienante à insolvência.

III. ( ) No tocante ao momento da ocorrência da fraude à execução, existem opiniões divergentes no Ordenamento Jurídico, haja vista que, grande parte da doutrina entende que a fraude à execução se efetiva com a alienação de bem pelo devedor após a mera distribuição de processo judicial que possa levá-lo à insolvência, enquanto que a jurisprudência sobre o tema dispõe que a fraude à execução somente se

configura nas alienações realizadas pelo devedor após a sua citação válida em processo judicial.

IV. ( ) O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é possível a anulação de ato jurídico através de embargos de terceiro, além da competente ação pauliana.

V. ( ) Atualmente se encontra superado o entendimento que a fraude contra credores torna o ato anulável e a fraude à execução o torna nulo, eis que, para esta última a alienação será considerada ineficaz apenas em face do credor e se o devedor alienante conseguir pagar a dívida, a alienação terá mantida a sua validade

**Marque abaixo a alternativa que representa a sequência correta:**

(a) V,V,F,F,V

(b) F,V,F,V,F

(c) F,F,V,F,V

(d) V,F,V,V,F

(e) F,V,V,F,V

**Questão 29. Sobre o contrato de doação, o Ordenamento Jurídico Brasileiro impõe algumas limitações à liberdade de doar, asseverando a preservação do interesse social e da coletividade. Das alternativas abaixo explanadas, qual NÃO representa uma das limitações de doar dispostas em lei:**

(a) A doação de todos os bens de um indivíduo sem reserva de parte ou renda suficiente para subsistência do doador, salvo se este tiver fonte de renda ou reservar o usufruto dos bens doados para si, ou de parte deles.

(b) A doação feita por devedor já insolvente ou por ela levado à insolvência, configurando fraude contra credores.

(c) A doação feita entre ascendente e descendente de bem imóvel certo e determinado, dispensando-se o donatário da colação do bem recebido à época do inventário do doador, com cláusula de reversão.

(d) A doação feita quanto à parte que exceder a de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.

(e) A doação feita pelo cônjuge adúltero ao seu cúmplice, bem como do testador casado para seu concubino.

**Questão 30. Sobre a nulidade e a anulabilidade de negócio jurídico, podemos afirmar que:**

I. ( ) A anulabilidade de negócio jurídico pode ser suprida pelo juiz, a requerimento das partes, ou sanada, de forma expressa ou tácita, pela confirmação, enquanto que a nulidade não poderá ser sanada pelo

juiz e nem pela confirmação.

II. ( ) A confirmação somente poderá ser expressa, ou seja, deverá haver uma declaração de vontade que contenha a substância do negócio jurídico celebrado, sendo a expressão da vontade explícita, não podendo ser tácita e produz efeito ex nunc.

III. ( ) Na anulabilidade e na nulidade de negócios jurídicos declaradas por decisão judicial, tem-se que as sentenças são desconstitutivas, com os negócios jurídicos produzindo efeitos até a data de sua desconstituição.

IV. ( ) A anulabilidade somente poderá ser alegada pelos interessados, ou seja, pelos prejudicados, e seus efeitos aproveitam apenas aos interessados que a alegaram, salvo nos casos de solidariedade ou indivisibilidade, enquanto que a nulidade pode ser alegada por qualquer interessado em nome próprio ou pelo Ministério Público, em nome da coletividade que representa.

V. ( ) A anulabilidade do negócio jurídico é decretada no interesse privado de pessoa prejudicada, enquanto que a nulidade de negócio jurídico é decretada no interesse da própria coletividade.

Marque abaixo a alternativa que representa a sequência correta:

- (a) V,F,F,V,V
- (b) F,F,V,V,F
- (c) V,F,F,F,V
- (d) V,V,F,V,F
- (e) F,V,V,F,V

**Questão 31. Sobre a prescrição e a decadência no Código Civil vigente, conclui-se que:**

I. O instituto no Direito Brasileiro que extingue somente a ação é a perempção, enquanto que a prescrição extingue a pretensão, que nada mais é que a exigência de subordinação de um interesse alheio ao interesse próprio.

II. Com a vigência do Novo Código Civil Brasileiro, o prazo prescricional em curso não cria direito adquirido, podendo ser reduzido, ampliado ou transformado em prazo decadencial por lei superveniente, se admitindo, da mesma forma, a renúncia, a ampliação ou a redução do prazo prescricional pela vontade das partes.

III. A prescrição pode ser alegada no processo judicial, como matéria preliminar de defesa a qualquer tempo, inclusive em segunda instância, sendo certo, no entanto, que se alegada e acolhida apenas em sede de apelação, não serão devidos honorários ad-

vocatícios sucumbenciais.

IV. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça, com base no artigo 193 do Código Civil, pacificaram o entendimento que a prescrição também poderá ser alegada a qualquer tempo, mesmo quando da interposição de recurso extraordinário ou de recurso especial, respectivamente e, ainda, em sede de ação rescisória.

V. O Ministério Público, em qualquer caso versando sobre direito patrimonial, mesmo quando atuando como custos legis, poderá invocar a prescrição dentro do processo judicial.

- (a) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas;
- (b) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas;
- (c) Apenas as alternativas II e V estão corretas;
- (d) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
- (e) Apenas as alternativas III e IV estão corretas;

**Questão 32. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, qual dos direitos básicos assegurados aos consumidores, abaixo descritos, NÃO se mostra adequado aos ditames da Lei 8.078/90?**

- (a) Liberdade de Escolha;
- (b) Direito de Informação, transparência e boa-fé;
- (c) Proteção Contratual;
- (d) Serviços Públicos Adequados e Eficazes;
- (e) Liberdade de Expressão

**Questão 33. Relacione as formas de extinção supervenientes dos contratos no Direito Civil Brasileiro com as definições abaixo transcritas:**

I. Se consubstancia no distrato, que é uma espécie de contrato, caracterizada por ser negócio jurídico extintivo de outra relação jurídica (também chamada de mútuo dissenso), ou seja, as mesmas vontades que antes contrataram, passam a concordar com a extinção do contrato;

II. Tecnicamente, é a modalidade de dissolução dos contratos anuláveis. Deve ser empregado para as hipóteses de dissolução de determinados contratos, como aqueles em que ocorreu lesão ou que foram celebrados em estado de perigo;

III. É a modalidade de extinção do contrato nas hipóteses em que há inexecução, ou seja, tem lugar nos casos em que há inadimplemento, o qual pode consistir em mora (atraso) ou inadimplemento absoluto, bem como quando a prestação se tornar impossível (ausência de culpa das partes contratantes), poden-



do ocorrer, ainda, se o juiz declarar a onerosidade excessiva superveniente do contrato.

**IV. Manifesta-se nas hipóteses de denúncia, revogação, renúncia e resgate de um contrato bilateral.**

Diante das assertivas acima expostas, relacione-as com cada uma das formas de extinção do contrato abaixo elencadas e, ao final, escolha a ordem correta dentre as alternativas adiante descritas.

( ) Resolução

( ) Resilição Unilateral

( ) Rescisão

( ) Resilição Bilateral

(a) I, III, II, IV;

(b) III, IV, II, I;

(c) II, III, I, IV;

(d) IV, I, III, II

(e) III, II, IV, I;

**Questão 34. De acordo com o Código Civil, são causas impeditivas ou suspensivas do prazo prescricional, exceto:**

(a) Prazo não vencido;

(b) Pendência de Condição Suspensiva e de Ação de Evicção;

(c) Ato inequívoco de reconhecimento do direito;

(d) Poder familiar;

(e) Constância da sociedade conjugal;

**Questão 35. Sobre a extinção do crédito tributário, julgue os itens abaixo em VERDADEIRO ou FALSO:**

**I. ( ) Sobre a decadência como forma de extinção do crédito tributário, podemos dizer que do fato gerador até a data do lançamento do crédito tributário se dá a contagem do prazo decadencial quinquenal, não podendo mais a obrigação tributária ser lançada e exigida após o decurso de tal prazo.**

**II. ( ) Sobre a prescrição intercorrente, posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça aduz que a proposta a ação tributária dentro do prazo legal, a demora na citação do devedor em virtude de mecanismos do Poder Judiciário não constitui razão para acolhimento da arguição de prescrição.**

**III. ( ) Dentre outras, podemos citar como formas de extinção do crédito tributário: o pagamento, a com-**

**pensação, a transação, a remissão e a restituição.**

**IV. ( ) No tocante à remissão do crédito tributário, pode-se afirmar que a mesma difere da isenção, uma vez que nesta há a exclusão do crédito tributário, enquanto que na remissão não há sequer o lançamento de tributo.**

**V. ( ) A decisão judicial transitada em julgado também pode ser classificada como uma das formas de extinção do crédito tributário, embora também possa ser uma forma de constituição e até mesmo alteração do crédito tributário.**

Diante das considerações acima expostas, marque a alternativa que representa a sequência correta:

a) F,F,F,V,V

b) F,V,V,V,F

c) V,F,V,F,F

d) V,V,F,F,V

e) V,F,V,V,F

**Questão 36. Acerca do Lançamento Tributário:**

**I. O Lançamento Misto é o que se dá, por exemplo, para o Imposto de Renda, onde o lançamento se baseia nas informações sobre as matérias de fato prestadas pelo sujeito passivo à autoridade administrativa.**

**II. O Superior Tribunal de Justiça entende que o arbitramento se dá quando as declarações prestadas pelos contribuintes não mereçam fé ou contenham omissões, podendo a autoridade administrativa arbitrar valor ou preço de bens, direitos e serviços, independentemente de procedimento regular administrativo para tal fim.**

**III. O ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, por força da Lei nº.: 9.393/96 tem o seu crédito tributário constituído pela autoridade administrativa através de lançamento de ofício.**

**IV. O autolancamento ou pagamento antecipado é aplicado para alguns impostos, como o IPI, o ICMS e o ISS e ocorre quando o sujeito passivo pratica o fato gerador e antecipa o pagamento sem exame prévio da autoridade administrativa.**

**V. O Superior Tribunal de Justiça, em seus julgados, vem entendendo que o crédito declarado pelo sujeito passivo mas não pago pelo contribuinte, somente se tornará exigível após a prévia notificação administrativa para sua inscrição e a sua cobrança.**

Diante das considerações acima produzidas, concluímos que:

(a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras;

(b) As alternativas II, IV e V são verdadeiras;

(c) As alternativas II, III e V são falsas;

(d) Todas as são verdadeiras;

(e) Todas as alternativas são falsas;

**Questão 37. Sobre a responsabilidade tributária:**

**I. São tipos de responsabilidade tributária em sentido estrito: a solidária, por sucessão, por substituição e a subsidiária;**

**II. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, com o desaparecimento de empresa de forma irregular, a responsabilidade tributária pelo pagamento de créditos tributários devidos será do sócio-gerente da pessoa jurídica devedora, nos termos do artigo 135 do Código Tributário Nacional;**

**III. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade tributária por sucessão só se manifesta quando uma pessoa jurídica ou natural adquire de outra fundo de comércio ou o estabelecimento comercial, industrial ou profissional;**

**IV. Via de regra, a lei tributária não retroage, contudo, existe a retroatividade benigna nas penalidades, ou seja, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.**

**V. O Superior Tribunal de Justiça considera como denúncia espontânea a confissão de dívida tributária, acompanhada do pagamento do débito, evitando-se, assim a aplicação de multa. O deferimento do parcelamento do débito também substitui o pagamento, evitando-se, assim, da mesma forma, a aplicação de multa.**

**Diante das afirmações acima expostas, escolha uma das alternativas abaixo:**

(a) F,V,F,V,F

(b) V,F,V,V,F

(c) F,F,V,F,V

(d) V,V,F,F,V

(e) V,F,V,F,V

**Questão 38. De acordo com o Supremo Tribunal Federal e as espécies de tributos existentes, qual das alternativas abaixo NÃO se enquadra como um dos tipos de contribuições:**

(a) Parafiscais Sociais de Seguridade Social;

(b) De Melhoria;

(c) Especiais de intervenção no domínio econômico;

(d) Parafiscais Sociais Gerais (ex.: FGTS e salário educação);

(e) Empréstimos Compulsórios;

**Questão 39. Com base nos seus conhecimentos de fato gerador, relacione as definições elencadas às hipóteses abaixo descritas:**

**I. Só há fato gerador se o fato ocorrido contiver todos os elementos descritos pela Lei, devendo tais elementos, em consequência, corresponder rigorosamente à descrição que a lei faz do tipo tributário.**

**II. É a situação ou obrigação de cumprir deveres impostos por lei que não concerne no pagamento do tributo, mas serve para quitá-lo.**

**III. O fato gerador ocorre desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio até um evento futuro e incerto, onde teremos a sua ineficácia.**

**IV. O fato gerador se considera ocorrido desde o momento em que esteja devidamente constituída a situação jurídica, aplicando-se a legislação vigente deste momento e não aquela vigente no início de um fato gerador incompleto.**

**V. Caracterizado o fato gerador, aplica-se a legislação vigente neste exato momento, não só em relação aos elementos quantitativos (base de cálculo e alíquota), como também quanto ao prazo de recolhimento.**

**Relacione as definições acima expostas com as alternativas abaixo dispostas e após escolha a alternativa CORRETA:**

( ) Elemento temporal do fato gerador;

( ) Fato Gerador na Condição Resolutiva;

( ) Fato Gerador Pendente;

( ) Subsunção;

( ) Fato Gerador da Obrigação Acessória;

(a) I, III, IV, V, II

(b) IV, III, II, I, V

(c) III, V, I, II, I V

(d) V, III, IV, I, II

(e) II, I, V, IV, III

**Questão 40. De acordo com a Constituição Federal, uma das espécies de imunidade se dá quando se re-**

**fere tanto ao bem quanto à pessoa do contribuinte, restringindo-se essa imunidade a essa específica situação. Dentre as alternativas abaixo, responda a qual espécie de imunidade estamos nos referindo?**

- (a) Subjetiva
- (b) Mista
- (c) Recíproca
- (d) Objetiva
- (e) Estrita

**Questão 41. De acordo com o Regime de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, para contratação de serviços, inclusive de obras e serviços, qual das alternativas abaixo está CORRETA?**

- (a) Para a contratação de serviços gerais por dispensa de licitação, o valor permitido ao contrato é de até R\$45.000,00.
- (b) Para a contratação de serviços gerais, é possível a realização de licitação na modalidade concurso, no valor de até R\$225.000,00.
- (c) Para a contratação de serviços de obras e engenharia na modalidade convite, o valor da contratação é de até R\$200.000,00.
- (d) Para a contratação de serviços de obras e engenharia, é possível a contratação por dispensa de até R\$60.000,00
- (e) Para a contratação de serviços de obras e engenharia, na modalidade concorrência, o valor da contratação deve estar acima de R\$600.000,00.

**Questão 42. Quais das modalidades de licitação abaixo especificadas NÃO encontra previsão explícita no Regime de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE?**

- (a) Concorrência
- (b) Pregão Presencial
- (c) Convite
- (d) Tomada de Preços
- (e) Concurso

**Questão 43. No que tange a motivação aliunde assinala a alternativa CORRETA:**

- (a) É admitida no Brasil e consiste em uma motivação que deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

(b) É admitida no Brasil e consiste em uma motivação que deve ser implícita, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

(c) Não é admitida no Brasil, porque consiste em uma motivação que deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

(d) Não é admitida no Brasil, porque consiste em uma motivação que deve ser implícita, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

(e) Todas as alternativas estão incorretas;

**Questão 44. No que tange ao princípio do contraditório e da ampla defesa no direito administrativo, assinala a alternativa INCORRETA:**

- (a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (b) Em situações de urgência, para a garantia do interesse público, pode se abrir mão da defesa prévia e poderá ocorrer o contraditório diferido.
- (c) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (d) Em nenhuma hipótese se pode abrir mão da defesa prévia no direito administrativo.
- (e) A ampla defesa e o contraditório constituem de prerrogativas oriundas do devido processo legal administrativo;

**Questão 45. Qual das alternativas abaixo se caracteriza como forma de extinção dos contratos de concessão pelo Poder Público, através de ato unilateral, durante sua vigência, sob o fundamento de razões de interesse público.**

- (a) Reversão
- (b) Encampação
- (c) Caducidade
- (d) Retrocessão
- (e) Aproveitamento

**Questão 46. Qual das atividades abaixo descritas se caracteriza como Serviço Público:**

- (a) Obras Públicas
- (b) Exercício de Poder de Polícia

(c) Exploração de Atividade Econômica pelo Estado

(d) Serviço de Telefonia

(e) Licitações

**Questão 47. Assinale a alternativa CORRETA:**

(a) No contrato de concessão de serviço público a modalidade licitatória varia de acordo com o valor do contrato administrativo a ser firmado, enquanto que na permissão a modalidade licitatória é sempre a concorrência.

(b) A permissão só pode ser celebrada com Pessoas Jurídicas ou Consórcios de Empresas de Pessoas Jurídicas e na concessão pode ser celebrada tanto com Pessoas Físicas quanto Pessoas Jurídicas.

(c) Nos contratos de concessão, para celebração de um contrato, tem que haver autorização legislativa específica e na permissão como regra não há necessidade de autorização legislativa específica.

(d) O Estado não responde pelos danos decorrentes de contratos de concessão pública firmados, ficando toda a responsabilidade a cargo do concessionário do serviço público.

(e) Os contratos de concessão pública podem ser revogados a qualquer tempo de forma unilateral pela Administração Pública, não podendo contestar a revogação o concessionário por se tratar de risco da contratação.

**Questão 48. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(a) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

(b) A administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(c) A administração não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos sendo esta competência apenas do judiciário.

(d) A administração pública pode anular seus atos tendo em vista o exercício da auto-tutela, independentemente de provocação.

(e) Todas as alternativas estão incorretas;

**Questão 49. Sobre as diversas espécies de execuções, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA.**

**I. São títulos executivos extrajudiciais: crédito decorrente de foro e laudêmio; a nota promissória; o formal e a certidão de partilha, exclusivamente, aos**

**herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.**

**II. A impugnação ao cumprimento de sentença não será liminarmente rejeitada se versar sobre avaliação errônea.**

**III. Não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.**

**IV. Considera ato atentatório à dignidade da justiça o executado que intimado, não indica ao juiz, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora. Como consequência, o executado incidirá em multa fixada pelo juiz em montante não superior a 10%.**

**V. Os embargos do devedor serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.**

(a) V, V, V, F, F.

(b) F, V, V, V, F.

(c) F, V, V, F, V.

(d) V, V, F, F, V.

(e) V, F, V, F, V.

**Questão 50. Sobre recursos, analise as afirmações e assinale, ao final, a alternativa CORRETA:**

**I. O recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, independentemente da anuência do recorrido ou até mesmo dos litisconsortes.**

**II. Quando extinto o processo sem resolução de mérito a parte inconformada interpõe apelação, o tribunal pode julgar desde logo a lide se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, não precisando, portanto, remeter para o juízo “a quo” para apreciação.**

**III. Contra decisão interlocutória, caberá agravo no prazo de 10 dias independentemente de preparo e, no prazo de 05 dias o agravado será ouvido para após, o juiz reformar ou não sua decisão.**

**IV. O Supremo Tribunal Federal somente conhecerá do recurso Extraordinário se ficar comprovada a existência da repercussão geral que deverá ser demonstrada em preliminar de recurso.**

**V. O magistrado da primeira vara cível proferiu sentença condenatória. Inconformado, a parte vencida interpôs apelação na qual não foi reformada por acórdão não unânime, portanto, é cabível embargos infringentes desde que seu conteúdo seja restrito à matéria objeto da divergência.**

(a) V, V, F, V, F.



(b) F, V, V, F, F.

(c) F, F, V, V, V.

(d) V, F, V, V, F.

(e) V, V, V, F, F.

**Questão 51. Sobre o Juizado Especial Cível assinale a afirmação INCORRETA.**

(a) Tem competência para processar e julgar a ação de despejo para uso próprio;

(b) Os processos orientam-se pelos princípios da Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade.

(c) Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência, já as demais questões serão decididas na sentença.

(d) Se for genérico o pedido, será excepcionalmente aceita sentença condenatória ilíquida.

(e) A prova oral não será reduzida a termo, devendo, portanto, a sentença referir, no essencial, os informes trazidos no depoimento.

**Questão 52. Sobre os órgãos judiciários e auxiliares da justiça, assinale a alternativa CORRETA.**

**I. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos, produzir provas em audiência e até mesmo requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade;**

**II. Quanto à competência em razão do valor e da matéria, compete exclusivamente ao juiz de direito processar e julgar o processo de insolvência.**

**III. Somente quando prestar informações inverídicas com dolo, que o perito responderá pelos prejuízos que causar à parte e, conseqüentemente, ficará inabilitado pelo prazo de 1 ano a funcionar em outras perícias.**

**IV. Correndo em separado ações conexas perante juizes que tem a mesma competência territorial considera-se prevento aquele em que o réu tiver sido citado primeiro.**

(a) V, V, V, F.

(b) F, V, F, V.

(c) F, V, V, F.

(d) V, V, F, V.

(e) V, V, F, F.

**Questão 53. Sobre intervenção de terceiros, analise as assertivas abaixo em verdadeiro ou falso e marque a alternativa CORRETA.**

**I. Sua classificação pode ser de iniciativa espontânea ou provocada, sendo que a primeira abrange as modalidades de Oposição, Nomeação a autoria e Assistência, enquanto a segunda trata da Denúncia da lide e do Chamamento ao processo.**

**II. A nomeação a autoria é a única espécie de intervenção de terceiro que precisa ser aceita pela parte contrária e somente pode ser requerida pelo réu.**

**III. Se a oposição for oferecida depois da audiência, seguirá o procedimento ordinário, sendo julgada sem prejuízo da principal. Todavia, poderá o Juiz suspender o andamento do processo por prazo nunca superior a 90 dias, a fim de julgá-la conjuntamente com a oposição.**

**IV. É inadmissível o chamamento ao processo dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.**

(a) F, V, V, V.

(b) V, F, V, F.

(c) F, F, V, F.

(d) F, V, V, F.

(e) V, V, V, F.

**Questão 54. Sobre a formação, suspensão e extinção do processo marque a opção CORRETA.**

(a) Quando correr a confusão entre autor e réu o processo será extinto com resolução do mérito.

(b) São causas que suspendem o processo: por convenção das partes, quando for oposta exceção de incompetência do juízo, quando o juiz acolher a alegação de litispendência.

(c) Ocorrendo a extinção do processo sem julgamento do mérito a parte não poderá intentar de novo a ação quando o juiz acolher a preempção.

(d) A alteração do pedido ou da causa de pedir não pode ser modificada após a citação, salvo se o réu consentir e, em hipótese alguma, pode ser modificada após oferecida a contestação.

(e) Durante a suspensão do processo pode as partes praticar atos que acharem necessários, devendo, apenas, notificar a outra parte.

**Questão 55. Analise as assertivas e marque a opção CORRETA.**

**I. No mandado de segurança pode o impetrante obter**

liminar caso exista fundamento relevante e se o ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida.

II. O pedido de Mandado de Segurança poderá ser renovado desde que a decisão denegatória não tenha apreciado o mérito e que não tenha decaído do direito.

III. Da decisão que conceder ou negar o Mandado de Segurança caberá apelação no prazo de 10 dias, e sendo concedida a segurança, a sentença estará obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição.

IV. Recebendo a inicial o juiz determinará a notificação do coator que terá o prazo de 15 dias para prestar as informações necessárias.

V. Quando proferida sentença que denegar o mandado de segurança sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

(a) V, F, F, V, F.

(b) V, V, F, F, V.

(c) F, V, F, V, V.

(d) F, V, F, F, V.

(e) V, V, F, V, V.

## CONHECIMENTOS DO SEBRAE

**Questão 56.** Qual(is) da(s) atividade(s) abaixo elencada(s) NÃO compete(m) ao Conselho Deliberativo do SEBRAE/DF:

I. Acompanhar a implementação, se for o caso, de medidas relacionadas com as recomendações da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE e de órgãos de controle externo;

II. Decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo Nacional para o Sistema SEBRAE;

III. Aprovar a celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

IV. Aprovar os planos de trabalho e orçamentos nas áreas de supervisão de cada uma das diretorias;

V. Aprovar o Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação de desempenho, os benefícios do SEBRAE/DF e os reajustes salariais;

Diante das afirmações acima expostas, podemos concluir que:

(a) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras;

(b) As afirmativas II, III e V são verdadeiras;

(c) As afirmativas I, III e V são falsas;

(d) As afirmativas II e IV são falsas;

(e) Apenas a alternativa I é falsa;

**Questão 57.** De acordo com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro de 2006, consideram-se microempresas o empresário individual ou a pessoa jurídica que auferir renda bruta anual igual ou inferior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquanto são consideradas pequenas empresas, o empresário individual ou a pessoa jurídica que auferir renda bruta anual superior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Contudo, mesmo com esses valores de faturamento, algumas empresas podem não estar enquadradas dentro dos benefícios da Lei Geral, uma vez que existem outras limitações previstas na norma jurídica. Qual das limitações abaixo elencadas NÃO se encontra prevista no texto legal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas?

(a) Empresas que representam pessoas jurídicas com sede em outro país;

(b) Se um dos sócios da empresa tiver participação superior a 10% (dez por cento) de outra empresa que ultrapassa o limite de faturamento para micro e pequenas Empresas;

(c) Se a empresa trabalha apenas com produtos financeiros como casas de câmbio, seguradoras ou distribuidora de títulos;

(d) Empresas que tenham participação de outra empresa;

(e) Se um dos sócios da empresa for servidor público da Administração Pública direta ou indireta, em nível municipal, distrital, estadual ou federal.

**Questão 58.** A partir da vigência da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, no ano de 2006, inúmeras medidas foram tomadas a fim de se desburocratizar a abertura, fechamento e a manutenção de uma empresa enquadrada dentro dos requisitos desta norma legal. Dentre as várias medidas de incentivo dispostas na lei, qual(is) da(s) assertiva(s) abaixo(s) podemos considerar como verdadeira(s):

I. A partir da edição da lei, o empresário não necessita de declarações oficiais de antecedentes criminais, de provas de quitação de débitos administrativos, previdenciários ou trabalhistas tanto para abrir quanto para fechar a empresa;

**II. As empresas que não tiverem movimentação financeira por mais de três anos podem dar baixa no registro sem precisar pagar taxas, outros débitos e multas que seriam decorrentes deste período de trinta e seis meses;**

**III. Comunicar férias coletivas ao Ministério do Trabalho e matricular aprendizes em curso do Serviço Nacional de Aprendizagem;**

**IV. A micro e pequenas empresas estão dispensadas da obrigatoriedade de publicar em jornais as convocações de assembleias, devendo ser estipulado no contrato social a forma destas convocações;**

**V. Se faz possível a criação de consórcios entre micros e pequenas empresas para organizar os serviços de segurança e saúde no trabalho;**

**Diante das afirmativas acima produzidas, temos que:**

- (a) Todas as alternativas são verdadeiras;
- (b) Todas as alternativas são falsas;
- (c) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras;
- (d) Apenas as alternativas IV e V são verdadeiras;
- (e) As alternativas I, III e V são falsas;

**Questão 59. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o qual versa sobre a criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte – SIMPLES. Porém, mesmo algumas microempresas e empresas de pequeno porte são vedadas quanto ao recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples. Qual das empresas abaixo indicadas NÃO ESTÁ INCLUÍDA na vedação disposta na Lei Complementar nº 123/2006?**

- (a) Que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- (b) De cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal;
- (c) Que tenha como sócio pessoa física de nacionalidade estrangeira mas residente no território nacional;
- (d) Que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despa-

chante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

(e) Que possua débito com Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

**Questão 60. Acerca de seus conhecimentos sobre o SEBRAE/DF, julgue os itens abaixo em VERDADEIRO(S) ou FALSO(S):**

**I. ( ) O SEBRAE/DF – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal é uma entidade associativa de direito público, sem fins lucrativos.**

**II. ( ) Entidades ou organismos internacionais ou estrangeiros não podem ser associados do SEBRAE/DF;**

**III. ( ) O Presidente e os demais membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE/DF e os membros do Conselho Fiscal são responsáveis, isolada ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela entidade;**

**IV. ( ) Os associados do SEBRAE/DF, uma vez nesta condição, são obrigados a contribuir com prestações periódicas para o custeio de suas atividades.**

**V. ( ) A estrutura básica do SEBRAE/DF, de acordo com seu Estatuto, é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Deliberativo Distrital, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;**

**De acordo com as assertivas acima, marque a alternativa que representa a sequencia correta:**

- (a) V,V,F,F,V
- (b) F,V,F,F,V
- (c) F,F,V,V,F
- (d) F,F,V,F,V
- (e) V,F,F,V,F

## **ORIENTAÇÕES GERAIS ESTUDO DE CASO**

A folha de texto definitivo da prova de estudo de caso não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do candidato.

Leia com atenção as instruções abaixo.

O candidato receberá nota zero na prova de redação, quando:

1. Existir fuga ao tema;
2. Houver texto com quantidade inferior a 20 (vinte) linhas ou superior a 30 (trinta) linhas;
3. Houver texto escrito a lápis ou a caneta diferente da citada no item 8.3;
4. Apresentar letra ilegível ou em outro vernáculo;
5. As redações estiverem em branco;
6. Estiver escrita em versos, em formato estritamente narrativo ou com formas não verbais símbolos, desenhos e números;
7. Não serão distribuídos folhas suplementares para rascunho e nem para versão final do estudo de caso;

### **PROVA DE ESTUDO DE CASO**

**Sobre os seus conhecimentos de Mandado de Segurança, leia os itens 1 e 2 abaixo apresentados e faça um texto dissertativo em prosa.**

**1) Discorra sobre a figura da prova pré-constituída no Mandado de Segurança Individual e Coletivo, levando em conta, se possível, a posição jurisprudencial dominante e a legislação atual sobre a matéria.**

**2) É possível a impetração de Mandado de Segurança contra decisão judicial? Explique, citando, se possível, a evolução do tema no Ordenamento Jurídico Pátrio.**



FOLHA RASCUNHO

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.

RASCUNHO